

Revista GepeVida 2018

Edição Especial: Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental

<http://www.icepsc.com.br/ojs/index.php/gepesvida>

Volume 4. Número 8 – 2018 ISSN: 2447-3545

OS ORIXÁS, A HUMANIDADE E A NATUREZA: AS RELAÇÕES SÓCIO AMBIENTAIS E EDUCACIONAIS DE UM TERREIRO DE MATRIZ AFRICANA COM A COMUNIDADE DO BAIRRO GETÚLIO VARGAS

Anderson Luiz Gonzalez ¹

Vilmar Alves Pereira ²

RESUMO

O presente estudo busca agir como instrumento de sensibilização ambiental, educacional e sociológica da nossa comunidade no que diz respeito as religiões de matrizes africanas que são símbolos histórico-culturais de luta e de resistência em decorrência da opressão que sofrem em relação à liberdade de expressão desde sua gênese. Tem também por objetivo atuar através de tal sensibilização como instrumento de combate ao preconceito, desmistificando opiniões falaciosas baseadas no senso comum que denigrem uma cultura com muitos saberes, especificidades e fundamentos desconhecidos ou deslegitimados historicamente por conta de uma hegemonia da fé cristã que se implantou com a vinda dos colonizadores europeus e aqui criou raízes culturais profundas.

Palavras-chaves: Religião; Preconceito; Resistência.

1. CONTEXTUALIZANDO OS PARADIGMAS HISTÓRICOS ACERCA DOS POVOS DE MATRIZ AFRICANA

A relevância de desbravar estudos nesta área se dá pelo fato de que está enraizado na nossa cultura a crença de que os terreiros e as religiões de matriz africana possuem um viés maldoso e maligno, sendo tratados historicamente de forma pejorativa e posto às margens da sociedade, onde não raras vezes temos conhecimento de atentados contra a integridade de casas de religião e contra a vida de seus membros ou simpatizantes.

¹ Graduando em Pedagogia da Universidade Federal de Rio Grande – FURG; Bolsista do Programa de Educação Tutorial – PET Conexões de Saberes da Educação Popular e Saberes Acadêmicos; Membro do Grupo de Estudos sobre Fundamentos da Educação Ambiental e Popular - GEFEAP/FURG; E-mail: andersongonzalez72@gmail.com.

² Filósofo. Mestre e Doutor em Educação, Educador Popular e Ambiental. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande (FURG); Professor e Pesquisador no Instituto de Educação e nos Programas de Educação (PPGEDU) e Educação Ambiental (PPGEA) da Universidade Federal do Rio Grande- FURG. Editor Chefe da Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental –REMEA. E-mail: vilmar1972@gmail.com.

Revista GepeVida 2018

Edição Especial: Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental

<http://www.icepsc.com.br/ojs/index.php/gepesvida>

Volume 4. Número 8 – 2018 ISSN: 2447-3545

Após estas compreensões se faz necessário refletir de que forma podemos efetivamente modificar estas visões pré-concebidas sobre os terreiros de matriz afro? Como podemos sensibilizar a comunidade da importância social e cultural destes terreiros? O que esses terreiros fazem para modificar este cenário?

Portanto compreendemos que é de suma importância dar visibilidade aos povos tradicionais como forma de combate ao preconceito e também de demonstrar seu viés educacional e ambiental diante da realidade das comunidades. Sendo assim o presente artigo pretende agir como uma forma de trazer para o diálogo estas causas que são de relevância ambiental, social e educacional.

A busca por estas compreensões e os esclarecimentos que este artigo vislumbra estão diretamente ligados também aos nossos objetivos pessoais de trazer um maior conhecimento de causa à comunidade e combater um preconceito estrutural que surge, quando não por uma ignorância (no sentido etimológico da palavra que se refere à falta de conhecimento propriamente dita), por uma alienação advinda de outras religiões ou simplesmente pela falta de compreensão dos ritos (como os despachos e as oferendas, por exemplo) e mostrar a importância do papel ambiental e educacional das religiões de matriz africana.

O preconceito e a discriminação sofrida pelos terreiros de matriz africana estão ligados, muito provavelmente, a falta de conhecimento dos saberes, cultura, significados simbólicos de seus ritos e/ou costumes e de uma doutrinação social histórico religiosa oriunda de uma colonização europeia. Desta forma buscamos tratar de assuntos, histórias, ciências e conhecimentos dos povos de matriz afro que de maneira geral não estão difundidos em nossa sociedade da maneira como deveriam.

2. O CANDOMBLÉ, AS NAÇÕES E A IMPORTÂNCIA DE CONHECER AS ORIGENS DO SINCRETISMO RELIGIOSO

Segundo Souza et al. (2005), “*Candomblé* foi o nome dado às manifestações de cultos de origem africana na Bahia a partir do século XIX”. As autoras descrevem ainda que a nomenclatura destes ritos varia de acordo com as regiões em que ocorriam estas

Revista GepeVida 2018

Edição Especial: Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental

<http://www.icepsc.com.br/ojs/index.php/gepesvida>

Volume 4. Número 8 – 2018 ISSN: 2447-3545

manifestações. Em Recife por exemplo, temos o *Xangô*, *Macumba* no Rio de Janeiro, *Tambor-de-Mina* no Maranhão e *Batuque* em Porto Alegre.

Porém, como nos relatam alguns autores e historiadores, as religiões de matriz africana já eram praticadas em terras tupiniquins bem antes do século XIX. Eduardo Cezimbra (Babalorixá Tita de Xangô) em um de seus textos nos conta que "a religião de origem africana é cultuada no Brasil desde o século XVI, trazida da África pelos negros, escravos, arrancados de sua terra para este país, que hoje, depois de tantas perseguições, lutas e desafetos podem cultuar seus Deuses de forma livre".

As especificidades na forma de cultuar os Orixás (suas cores, preferências alimentares, cantos, danças, músicas e nomes) foram distinguidas pelos negros e agregadas por semelhanças de ritos, sendo estes grupos que se formaram chamados de *nações*. Cada nação possui um nome específico que faz alusão ao seu reino de origem na África, como por exemplo as nações *Jêje*, *Nagô*, *Angola*, *Cabinda*, *Oyó*, *Ketu*, dentre outras.

Ainda segundo SOUZA, todas estas classificações remetem à ideia de nações africanas, sendo dentre eles o candomblé nagô-queto o mais desenvolvido pelos baianos:

Mais especificamente, os terreiros baianos desenvolviam o candomblé nagô-queto, de origem ioruba. Os ritos jeje remetiam à cultura fon, vizinha da cultura ioruba. Mas havia também o rito angola, que apontava para uma origem bantu. Todas essas divisões resultaram em um dinamismo próprio das religiões africanas recriadas no Brasil. Essas classificações, segundo os modelos dos ritos, não deixam de reportar à ideia de nações africanas. (SOUZA et al., 2005, p.59-60)

De todas estas nações vindas para o Brasil, as três que mais se difundiram foram: *Jêje*, *Ketu* e *Nagô*, sendo assim abordaremos brevemente cada uma delas para que possamos compreender melhor a complexidade da distribuição destas nações no território brasileiro.

Foram chamados de *Nagô* pelos colonizadores portugueses que aqui habitavam, os grupos oriundos do sudoeste da Nigéria, bem como os do sul e do centro da cidade de Daomé. Por habitarem uma extensa região chamada de *Yoru baland*, esses grupos eram divididos em reinos de acordo com suas culturas individuais (SANTOS, 1996).

Revista GepeVida 2018

Edição Especial: Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental

<http://www.icepsc.com.br/ojs/index.php/gepesvida>

Volume 4. Número 8 – 2018 ISSN: 2447-3545

Os grupos de escravos que aqui chegavam eram reconhecidos de acordo com os reinos que pertenciam. Alguns desses grupos que se estabeleceram aqui no Brasil são os Kétu, Sábé, Òyó, Ègbá, Ègbado, Ijexá e Ijebu.

Então segundo Santos:

Todos esses diversos grupos provenientes do Sul e do Centro do Daomé e do Sudoeste da Nigéria, de uma vasta região que se convencionou chamar de Yoru baland, são conhecidos no Brasil sob o nome genérico de Nágô, portadores de uma tradição cuja riqueza deriva das culturas individuais dos diferentes reinos de onde eles se originaram. (SANTOS, 1996, p.29)

Foi de acordo com essas culturas individuais que duas princesas vindas de Oyó e de Ketu ao chegarem aqui na condição de escravas, posteriormente fundaram um terreiro que deu origem à uma comunidade Jêje-Nagô, como afirma Renato da Silveira (2007) em relação à chegada dos povos Ketu:

Teve início em Salvador, Bahia, de acordo com as lendas contadas pelos mais velhos. Algumas princesas vindas de Oyó e Ketu na condição de escravas, fundaram um terreiro num engenho de cana. Posteriormente, passaram a reunir-se num local denominado Barroquinha, onde fundaram uma comunidade de Jeje-Nagô [...]

O Candomblé da Barroquinha após mudar-se para o Engenho Velho passou a chamar-se *Ilê Axé Iyá Nassô*, dando início a primeira casa de nação Ketu no Brasil, que foi berço das Yalorixás que fundaram o *Terreiro do Gantois* e o *Ylê Axé Opô Afonjá*, que segundo o Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) é um dos mais antigos e tradicionais terreiros de candomblé da Bahia.

A frente do terreiro do Gantois esteve durante 64 anos a Mãe Menininha, uma das Yalorixás mais queridas e respeitadas até hoje pelos povos tradicionais devido a sua sabedoria e conhecimento sobre a religião, como cita Souza:

Maria da Conceição Escolástica Nazaré, conhecida como Mãe Menininha do Gantois, nasceu em 1894, na cidade de Salvador, e faleceu em 1986. Até os 92 anos esteve à frente de um dos mais famosos terreiros de candomblé da Bahia. Devido a seus conhecimentos sobre a religião, sua fama se estendeu pelo país, sendo cantada em prosa e verso. Em vida,

Revista GepeVida 2018

Edição Especial: Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental

<http://www.icepsc.com.br/ojs/index.php/gepesvida>

Volume 4. Número 8 – 2018 ISSN: 2447-3545

Menininha dizia que tinha nascido escolhida para ser mãe-de-santo e que, ao aceitar essa missão, sabia que estava entrando para uma vida de sacrifícios. Faleceu depois de longa enfermidade, tendo chegado a permanecer 64 anos na chefia do Gantois e completar 74 anos de iniciação no candomblé. (SOUZA et al., 2005, p.41)

Outra Yalorixá de grande importância na história do candomblé foi Mãe Aninha, fundadora do Ylê Axé Opô Afonjá, que como supracitado é um dos mais antigos e tradicionais terreiros da Bahia. Eis aqui uma breve biografia sobre Mãe Aninha:

Eugênia Anna dos Santos. Vinda de uma família de africanos, nasceu em 1869 e faleceu em 1938. Em 1910, auxiliada por Joaquim Vieira da Silva, Obasanya, fundou o Terreiro Centro Cruz Santa do Axé do Opô Afonjá, em Salvador, e o comandou até sua morte. Aninha, Oba Biyi, como era conhecida, tinha porte alto e majestoso, falava francês e tocava piano, se vestia de acordo com as tradições africanas. Ela integrava a elite de mulheres comerciantes da época, fazendo desse espaço ponto de encontro e de trocas culturais em torno do candomblé (SOUZA et al., 2005, p.41-42).

Faz-se importante conhecer minimamente quem foram Mãe Aninha e Mãe Menininha pois são duas figuras que tornaram-se símbolos de luta e resistência no contexto das religiões de matrizes africanas e estão intrinsecamente ligadas a história do candomblé no Brasil, além de servirem como pontos de referência reflexiva se lembramos o quanto tiveram que enfrentar por serem mulheres, negras e ainda por cima praticantes de uma fé que era condenada pela igreja católica romana, detentora de uma hegemonia religiosa muito poderosa e de forte influência.

No que diz respeito ao *Jêje*, Reginaldo Prandi (2013) explica que eles eram os Candomblés formados pelos povos *Fons* vindos da região de *Dahomé* e pelos povos *mahins* e "era o nome dado de forma pejorativa pelos *yorubás* para as pessoas que habitavam o leste, porque os *mahins* eram uma tribo do lado leste e *Saluvá* ou *Savalu* eram povos do lado sul" (PRANDI, 2013).

Cabe lembrar que "ainda que os terreiros, como vimos, estejam divididos por nação (associadas aos grupos étnicos africanos), não significa, entretanto, que eles pratiquem um culto igual ao praticado por essas mesmas nações na África..." (SILVA, 1994, p.67). Tal

Revista GepeVida 2018

Edição Especial: Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental

<http://www.icepsc.com.br/ojs/index.php/gepesvida>

Volume 4. Número 8 – 2018 ISSN: 2447-3545

fato se explica, dentre outros fatores, devido ao sincretismo religioso que as religiões de matriz africana incorporaram para que pudessem continuar exercendo sua fé, já que suas práticas eram proibidas por aqui.

O sincretismo religioso é a absorção de um sistema de crenças por outro, sendo que a proximidade e/ou semelhança dos conjuntos de fatores que teologicamente falando, tornavam os santos católicos em santos e os deuses africanos em deuses, foi determinante para que tal sincretismo entre o catolicismo e as religiões de matriz afrodescendente encontrassem certa facilidade de correlação, como podemos observar na análise de SILVA (1994, pag.70), por exemplo: "[...] os deuses africanos se aproximavam dos santos católicos, que foram santificados em função de suas vidas na terra (marcadas pela virtude, valentia, heroísmo, resistência a dor, etc.) e considerados intermediários entre os homens e Deus".

Esse sincretismo religioso surgiu inicialmente para disfarçar a prática de uma fé que não era aceita por aqui, fazendo com que os negros utilizassem os santos católicos nas senzalas para cultuar os orixás, onde cada santo católico correspondia à um determinado Deus africano de acordo com suas semelhanças, dessa forma fazendo com que os "senhores das casas grandes" acreditassem que os seus escravos estavam seguindo a fé cristã, podendo assim praticar sua religiosidade sem nenhum tipo de represália ou punição.

Tal necessidade se deu devido à uma hegemonia do cristianismo durante todo o período da escravidão e sendo essa a fé das elites, era determinado o batismo de todos os negros que aqui chegavam para que eles seguissem o Cristo católico, porém segundo Jensen (2001, apud Silva, 2013, p.54), não foi bem assim que aconteceu:

os escravos africanos eram proibidos de praticar suas várias religiões. A Igreja Católica Romana deu ordens para que os escravos fossem batizados e eles deveriam participar da missa e dos sacramentos. Apesar das instituições escravagistas e da Igreja Católica Romana, entretanto, foi possível ao escravo comunicar, transmitir e desenvolver sua cultura e tradições religiosas. Houve vários fatos que os ajudaram a manter esta continuidade: os vários grupos étnicos continuaram com sua língua materna; havia um certo número de líderes religiosos entre eles; e os laços com a África eram mantidos pela chegada constante de novos escravos. (JENSEN, 2001, p.2)

Os negros escravos resistiram bravamente para manter a sua fé e seus rituais religiosos mesmo que fortemente reprimidos e acusados, quando pegos na prática de suas atividades religiosas, de feitiçaria pela igreja católica e seus seguidores. Dessa forma a melhor maneira que os negros encontraram para desviar de toda repressão, foi fazê-los acreditar que tinham aceitado a fé cristã e estavam louvando seus santos católicos.

3. O BATUQUE NA CIDADE DE RIO GRANDE

Assim como o tambor-de-Mina é específico do Maranhão, aqui no sul nós temos o Batuque com suas especificidades e seus ritos próprios, bem como em todas as outras vertentes do candomblé.

Nós na condição de rio grandinos podemos nos orgulhar de dizer que ao que tudo indica, os primeiros terreiros do sul do Estado foram fundados em nossa cidade e na cidade vizinha, Pelotas. Essa afirmação se dá devido a notícias de jornais da nossa região que abordaram matérias sobre os cultos de origem africana que datam de abril de 1878 (Jornal do Comércio, Pelotas) e por relatos de pesquisas realizadas por historiadores e pesquisadores.

Para Marco Antônio Lírio de Mello, historiador que fez pesquisas nos jornais de Rio Grande e Pelotas do século XIX, a presença do Batuque é atestada nessa região desde o início do século XIX (MELLO, 1995). Porém, infelizmente as notícias sobre os terreiros apareciam geralmente nas páginas policiais desses jornais. Não raras vezes, pelo que tudo indica, jornais locais como *Correio Mercantil e Jornal do Comércio*, de Pelotas e o *Jornal Gazeta Mercantil*, de Rio Grande, se dirigiam de forma pejorativa e tendenciosa aos Terreiros e Pais e Mães de Santo se referindo à eles como "feiticeiros" e "feiticeiras" nas recorrentes publicações de prisões dos mesmos, como podemos ver:

Foram presas à ordem da delegacia, duas pretas feiticeiras que atraíam grande ajuntamento de seus adeptos. Na ocasião de serem presas, encontrou sê-lhes um santo e uma vela, instrumento de seus trabalhos

Revista GepeVida 2018

Edição Especial: Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental

<http://www.icepsc.com.br/ojs/index.php/gepesvida>

Volume 4. Número 8 – 2018 ISSN: 2447-3545

[...]" (Jornal do Comércio, Pelotas, 9/4/1878, p.2 *apud* Mello, 1995, p.26).

É possível notar que existia uma perseguição ao povo de terreiro que é reforçada e explicitada até mesmo pela forma como é redigido o relato no jornal e no próprio boletim de ocorrências, tendo aqui como exemplo o excerto abaixo:

a polícia tomou ontem em uma casa 42 pretos livres e escravos e 11 pretos minas. A caçada deu-se às 10h30 da noite no momento em que o preto João celebrava uma sessão de feitiçaria. Foi uma surpresa e um desapontamento que aqueles fiéis crentes jamais perdoarão a polícia [...]. A polícia apreendeu cabeças de galo e outros manipulansos. Os principais atores da indecente comédia foram recolhidos à cadeia e os escravos castigados. (Schwarcz, 1989, p.126).

A forma com que os jornais da época se referem aos Babalorixás e Yalorixás, refletiam diversos tipos de preconceitos oriundos de uma sociedade predominantemente eurocêntrica e racista, predisposta a ver com maus olhos todo o tipo de cultura que foge aos padrões europeus já enraizados aqui.

Esse preconceito estrutural manteve por muito tempo as religiões de matriz africana marginalizadas em todo o território nacional. Obviamente aqui na cidade de Rio Grande não seria diferente. Em contrapartida essas comunidades tradicionais foram aos poucos se expandindo e hoje já se deparam com um cenário menos hostil. Tal fato pode ser considerado uma vitória destes povos que sempre foram símbolo de luta e resistência. Vejamos o que diz Tânia Garcia Camargo que é mestre em educação ambiental pela Universidade Federal de Rio Grande:

As comunidades tradicionais de matriz religiosa afro-brasileira, que num primeiro momento se mantinham apenas nas zonas periféricas a margem da sociedade, passaram, em um segundo momento, a expandir para locais mais centrais da cidade de Rio Grande, RS. Este fator ocorreu em nível nacional também, porém mais lentamente na cidade de Rio Grande RS. Nós podemos deduzir como sendo uma teia viva este processo onde se ampliam os espaços dos Ilês ou terreiros (local onde ocorrem os cultos). (CAMARGO, 2013, p.27).

Revista GepeVida 2018

Edição Especial: Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental

<http://www.icepsc.com.br/ojs/index.php/gepesvida>

Volume 4. Número 8 – 2018 ISSN: 2447-3545

Mesmo tal situação tendo mudado razoavelmente e as comunidades de matriz religiosa africana continuando em expansão, o caminho para uma educação e sensibilização social da cosmovisão do papel educacional e ambiental dos terreiros ainda tem um longo caminho a percorrer.

4. OS ORIXÁS: FORÇAS DA NATUREZA

De acordo com SOUZA et al. (2005), "orixás são forças da natureza. E cada pessoa tem uma natureza dentro de si – a força do orixá". Sendo assim, dentro da liturgia dos terreiros de matriz africana, cada um de nós é regido por um orixá do qual herdamos características e temperamentos.

A esse respeito, podemos utilizar para fins de exemplificação o seguinte excerto:

Oxum é a divindade das águas doces, é menina quase sempre dengosa, dona da beleza e da fertilidade. Já Iemanjá é orixá dos reinos das águas salgadas, é a dona do mar e mãe dos orixás, figura feminina madura, mãe nutridora. Oiá é o feminino guerreiro, dona dos ventos simbolizada pelo raio e pelas tempestades que transformam as situações. Nanã, orixá associado a lama de onde saímos e para onde todos iremos voltar, é o feminino representado pela senhora idosa. (SOUZA et al. 2005, p.60).

Dessa forma se sucede com todos os outros orixás, cada qual com suas especificidades no que diz respeito às cores, comidas, dias da semana, saudações e assim por diante todos relacionados à um elemento da natureza onde cada um exerce seu domínio e recebe suas oferendas.

Corroborando com essa visão epistemológica da definição de orixás, podemos citar um importante estudioso do assunto, Reginaldo Prandi:

os orixás são deuses que receberam de Odolumaré ou Olorum, também chamado Olofim em Cuba, o Ser Supremo, a incumbência de criar e governar o mundo, ficando cada um deles responsável por alguns aspectos da natureza e certas dimensões da vida em sociedade e da condição humana. (SILVA, 2013, apud Prandi, 2001, p.20)

Revista GepeVida 2018

Edição Especial: Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental

<http://www.icepsc.com.br/ojs/index.php/gepesvida>

Volume 4. Número 8 – 2018 ISSN: 2447-3545

Podemos perceber então o grau de importância dos orixás dentro dos cultos de origem africana, pois são eles os responsáveis pela criação do mundo e por nossa condição humana. Tudo o que se faz e o que se pratica no Batuque é em função dos orixás, pois tudo que tem vida, tem presente a energia deles, pois orixá é a própria vida que se manifesta na energia dos elementos da natureza. Para os praticantes e adeptos da religião, a água que bebemos é de mãe Oxum, a chuva que cai e fertiliza o solo é de Nanã Buruquê, os ventos que sopram são de Iansã, os mares que nos trazem alimentos e banham nossa alma são de mãe Iemanjá, e assim sucessivamente.

No Batuque, praticado na região sul do Brasil, são cultuados ao todo 12 orixás. São eles: Bará, Ogum, Yansã/Oyá, Xangô, Odé, Otim, Osanhã, Xapanã, Obá, Oxum, Yemanjá e Oxalá.

Bará é um orixá dinâmico e jovial. É o intermediário entre os homens e as divindades, por ser dono dos caminhos e das encruzilhadas, simboliza o movimento. Seu dia da semana é segunda feira e sua cor é o vermelho.

Ogum é o orixá da guerra, das artes manuais e do ferro, sendo seu dia a quinta feira e sua cor vermelho e verde.

Yansã, ou sua forma mais jovial, Oyá, é o orixá da guerra, das artes manuais e do ferro. Sua cor é o vermelho e branco e seu dia da semana é a terça feira.

Xangô, orixá da justiça, comporta-se ora com severidade, ora com benevolência. Sua cor é o vermelho e branco e seu dia da semana também é a terça feira.

Odé e **Otim** são orixás caçadores, vivem nas matas e seus filhos são pessoas espertas e com iniciativa, gostam de descobertas e novidades. A cor para Odé é azul forte e para Otim o azul claro intercalado com azul forte. Seus dias são às sextas feiras.

Osanhã é a divindade das folhas e das plantas medicinais, considerado o orixá médico. Sua cor é o verde e branco e seu dia da semana é a segunda feira.

Xapanã é o orixá dono das doenças em geral. Seu dia é a quarta feira e suas cores são o lilás, roxo e o vermelho com preto.

Revista GepeVida 2018

Edição Especial: Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental

<http://www.icepsc.com.br/ojs/index.php/gepesvida>

Volume 4. Número 8 – 2018 ISSN: 2447-3545

Obá, orixá feminino muito forte e enérgico. Seus filhos buscam sucesso material com grande avidez e cuidado, para não perderem nada. Seu dia da semana é a quarta feira e sua cor é o rosa.

Oxum é responsável pela fecundação e fertilidade. Seu dia da semana é o sábado e sua cor é o amarelo.

Yemanjá é dona dos mares, do pensamento. Protetora dos pescadores e marinheiros. Seus filhos são fortes, rigorosos, mediúnicos e portadores de sensibilidade e intuição aguçados. Sua cor é o azul claro e seu dia é a sexta feira.

Por último temos **Oxalá**, o Orixá maior e mais velho, o primeiro a ser criado. Transmite aos seus filhos calma, respeitabilidade e confiança. Seu dia da semana é domingo e sua cor é o branco.

As especificidades e “preferências” de cada orixá exercem certa influência sobre aqueles que são escolhidos por eles para “serem seus filhos”, causando desta forma certa similaridade na personalidade daqueles que são regidos pelo mesmo orixá. Porém não cabe rotular ou tachar estereótipos como se essas pequenas semelhanças fossem via de regra e tornasse todo filho de determinado santo uma pessoa que possui o senso de justiça (característica normalmente atribuída aos filhos de Xangô) aguçado, por exemplo, sob o risco de acabarmos em um reducionismo da complexidade que abrange o arquétipo dos filhos de cada orixá.

5. O SACRIFÍCIO DE ANIMAIS NO BATUQUE

Indubitavelmente o “calcanhar de aquiles” das religiões de origem afro é a imolação de animais, sendo diversas vezes alvo de críticas e alegações falaciosas baseadas no senso comum. Desta forma, antes de qualquer coisa é preciso salientar que todo ponto de vista dogmático em relação ao sacrifício de animais no Batuque bem como em qualquer outra religião de origem afro não se sustenta em nenhum debate minimamente racional e coerente, pois tentar coibir a prática de imolação de animais dentro da religião por si só já é algo inconstitucional, sendo que a liberdade da prática religiosa é prevista em lei e amparada pelo inciso VI do artigo 5º da Constituição da República que afirma: “é

Revista GepeVida 2018

Edição Especial: Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental

<http://www.icepsc.com.br/ojs/index.php/gepesvida>

Volume 4. Número 8 – 2018 ISSN: 2447-3545

inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e as suas liturgias”.

No tocante à prática em si, existe uma regra bem clara a ser seguida quando se fala em sacrifício nas religiões de origem afro que precisa ser enfatizada: o animal deve ser morto de forma rápida e indolor. Quanto as motivações do sacrifício o pesquisador Rodrigo Pereira afirma: “Ao se sacrificar um animal, não está se matando uma vida, mas sim fazendo essa energia que anima orixás e homens ser redistribuída.”

Para os povos tradicionais, o sangue representa axé, vida, força e energia que é ofertada aos orixás como agradecimento e fortalecimento deles, e é através deste axé que os mesmos se alimentam para poder cuidar de seus protegidos. O arqueólogo e antropólogo Rodrigo Pereira, pesquisador do Laboratório de História das Experiências Religiosas da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, afirma que: “O sacrifício se constitui em um momento de congregação entre deuses e homens. Merece, por isso, respeito e compreensão”.

Para além das afirmações que se manifestem contra ou a favor do ato de imolação, precisamos compreender que a lei ou o a sociedade não pode subjugar a fé alheia e interferir em qualquer tipo de crença, pois vivemos em um País laico, por isso é dever do Estado defender e respeitar o direito à liberdade religiosa e isso implica no fato de que o direito de aceitar ou não as práticas exercidas em qualquer religião diz respeito somente a quem compartilha da crença.

Recentemente aqui na cidade de Rio Grande, RS, o debate veio à tona com o início do julgamento do STF acerca da legalidade do sacrifício de animais, aonde o vice procurador geral da República, Luciano Maia, saiu em defesa da constitucionalidade do ato e da sua importância para os povos de terreiro: “Sem a crença em Deus, a pessoa perde a própria substância”, justificando coerentemente que a matéria debatida revela racismo institucional.

Infelizmente não houve uma decisão final tendo em vista a divisão de votos contra e a favor, ficando longe de um consenso e sendo pedido em decorrência disto, um tempo

Revista GepeVida 2018

Edição Especial: Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental

<http://www.icepsc.com.br/ojs/index.php/gepesvida>

Volume 4. Número 8 – 2018 ISSN: 2447-3545

maior para análise. O representante dos povos tradicionais de matriz africana aqui do município de Rio Grande, Chendler Siqueira que esteve presente como convidado pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, da Câmara Federal, lamentou que não tenha havido uma decisão e ressaltou a importância de se debater o tema: “Precisamos seguir discutindo, nos organizando e nos articulando”.

Há que se destacar outro aspecto sobre o sacrifício que é o fato de que diariamente estas mesmas espécies de animais abatidos vão para a mesa de uma boa parte da população brasileira tendo como única diferenciação a intencionalidade primeira do sacrifício, que dentro da religião é o agrado aos orixás para somente depois servir como alimento, e nos abatedouros e frigoríficos é única e exclusivamente o consumo. Negar isso é por si só uma atitude que caracteriza grande hipocrisia, tendo em vista que somos uma sociedade majoritariamente carnívora.

Os animais ofertados nas religiões de matriz afro são galinhas, pombos, bodes, carneiros, patos e em alguns casos, bois inteiros. Estes animais, por via de regra são comprados em locais específicos tendo em vista que não se sacrifica animais domésticos ou silvestres. São locais que criam estes animais para esta determinada finalidade, pois uma das exigências dos fundamentos da religião é que sejam animais saudáveis e bem cuidados.

Os animais abatidos são aproveitados em sua totalidade, desde o couro para fazer tambores até a carne que é servida aos membros do terreiro e aos convidados. Logo, como pode-se perceber, o ato em si não difere muito dos matadouros que em contrapartida possuem técnicas de abate bem mais cruéis e desumanas.

Quem fica com a incumbência do sacrifício é o *axogun*, sacerdote treinado, preparado e apto para o ritual de imolação, que executa esse ato com uma faca determinada exclusivamente para esta finalidade. Rodrigo Pereira, pesquisador, reitera que: “Respeita-se cada animal dentro de um terreiro, pois dele vem a vida”. Sendo assim, fica claro que não existem maus tratos com nenhum tipo de animal nos terreiros de matriz afro.

Ocorre que as pessoas e até mesmo as ong's que alegam a existência destes supostos maus tratos baseiam-se no que veem nas esquinas esporadicamente na forma de animais

Revista GepeVida 2018

Edição Especial: Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental

<http://www.icepsc.com.br/ojs/index.php/gepesvida>

Volume 4. Número 8 – 2018 ISSN: 2447-3545

despedaçados, mutilados e largados para a morte. Esse tipo de “despacho” nada mais é do que fruto de um misticismo doentio disfarçado de prática da fé, pois não se encontra em lugar algum fundamento que sustente tais atrocidades em nome da religião.

6. O PAPEL DAS OFERENDAS E A IMPORTÂNCIA DA COMIDA NO CANDOMBLÉ

A comida desempenha um papel fundamental no Candomblé pois é através da preparação dela de forma específica que se agradece ou se pede algo aos orixás. Esta preparação específica é chamada de oferenda, bem como tudo aquilo que é ofertado aos deuses africanos.

As especificidades de como se realiza estas oferendas e se prepara a comida de cada orixá é repassada de forma oral, de geração para geração de pais e mães de santo possuindo seus fundamentos nos relatos das histórias que são contadas sobre os orixás, que trazem indicações e até mesmo tabus, explicitando tudo aquilo que é de seu agrado bem como o que jamais deve ser ofertado a cada um, como por exemplo em uma das histórias que conta-se sobre Oxalá, justificando o tabu da utilização do sal nas oferendas a ele destinadas:

[...] Oxalá foi consultar Ifá para saber como melhor tocar a vida. Os adivinhos recomendaram que fizesse ebó, que oferecesse aos deuses uma cabaça de sal e um pano branco. Assim Oxalá não passaria por transtornos e não sofreria desonras e outras ofensas morais na terra. Dando de ombros ao conselho, Oxalá foi dormir sem cumprir o recomendado. De noite Exu entrou na casa de Oxalá. Ele trazia uma cabaça cheia de sal e amarrou nas costas de Oxalá. Na manhã seguinte Oxalá despertou corcunda. Desde então tornou-se o protetor dos corcundas, dos albinos e de toda sorte de aleijados. Mas foi para sempre proibido de consumir sal [...] (AGUIAR, 2012, p.161 Apud PRANDI, 2001, p.359)

É através destas histórias que o povo de terreiro conhece os gostos, especificidades e características de cada orixá, sendo assim de extrema importância tal conhecimento na preparação das oferendas para que não ocorra o risco do orixá não a aceitar.

Revista GepeVida 2018

Edição Especial: Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental

<http://www.icepsc.com.br/ojs/index.php/gepesvida>

Volume 4. Número 8 – 2018 ISSN: 2447-3545

7. INCONCLUSÕES: UM PROJETO EM CONSTRUÇÃO

O presente artigo tem a pretensão de dar seguimento aos estudos dos povos tradicionais de matriz africana com a intencionalidade de expandir e aprofundar reflexões na área utilizando-se do conhecimento como estratégia de combate ao preconceito da sociedade em relação à religião e aos povos tradicionais em geral, pois especificamente aqui em Rio Grande, pouco dimensionamos a relevância histórica e cultural destes povos que por sua vez constituem nossas raízes epistêmicas e ontológicas.

Visando ampliar a cosmovisão sobre as ontologias dos povos de matriz africana, estamos analisando o relato das histórias orais de um conhecido e respeitado Babalorixá do Bairro Getúlio Vargas sobre seus saberes e conhecimentos históricos e empíricos acerca do Batuque, bem como a importância do papel de seu terreiro para a comunidade local.

Deste modo, faz-se necessário compreender essa escrita como uma forma singela e parcial de luta contra a intolerância religiosa através de um pequeno panorama sobre a cultura e os saberes dessas religiões que não poderiam ser esgotados em um simples artigo, tendo em vista a ampla dimensão histórico-cultural que envolve sua genealogia.

Podemos então perceber que a comida exerce papel fundamental dentro das religiões de matriz africana, sendo base principal das oferendas, que são um meio de “comunicação” com o divino.

AGUIAR, Janaína Couvo Teixeira Maia de. **Os orixás, o imaginário e a comida no Candomblé**. Revista Fórum Identidades. ISSN: 1982-3916, ITABAIANA: GEPIADDE, Ano 6, Volume 11, Jan-jun de 2012. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/forumidentidades/article/download/1834/1620>. Acesso em: 24/08/2018.

A hora do axé: Orixás da nação cabinda. Disponível em: <http://www.ahoradoaxe.jex.com.br/orixas+da+nacao+cabinda/orixas+do+batuque+rs>. Acesso em: 03/06/2018.

Anderson de Agelu, **Como iniciou o Batuque no Rio Grande do Sul?** Disponível em: <https://anderson-de-bara-agelu.webnode.com.br/news/como-iniciou-o-batuque-no-rio-grande-do-sul/>. Acesso em: 03/06/2018.

Revista GepeVida 2018

Edição Especial: Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental

<http://www.icepsc.com.br/ojs/index.php/gepesvida>

Volume 4. Número 8 – 2018 ISSN: 2447-3545

CEZIMBRA, Eduardo (Babalorixá Tita de Xangô), **Rituais da Nação Ijejá no Rio Grande do Sul**. Disponível em: <https://edoc.site/orixas-e-doctrina-da-nao-ijexa-pdf-free.html>. Acesso em: 01/06/2018.

JENSEN, Tina Gudrun. **Discursos sobre as religiões afro-brasileiras: Da desafricanização para a reafricanização**. Revista de Estudos da Religião, São Paulo, n. 1, p. 1-21, 2001. Disponível em: http://pucsp.br/rever/rv1_2001/p_jensen.pdf. Acesso em: 21/06/2018.

POLL. Anete. “**STF julga legalidade de sacrifícios de animais em cultos religiosos**”. *Jornal AGORA*, sexta-feira, 10 de Agosto de 2018. Ano 43, Ed. 12.118, p.03.

SILVA, Vagner Gonçalves da. **Candomblé e umbanda - caminhos da devoção brasileira**. 1. ed. São Paulo: Ática, 1994. v. 5000. P.149.

SILVEIRA, Renato da. **Candomblé da Barroquinha**. Editora Maianga, 2007. ISBN 8588543419. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/candomble-ketu/>. Acesso em: 18/8/2018.

SOUZA, Andréa Lisboa de; SOUZA, Ana Lucia Silva; LIMA, Heloisa Pires; SILVA, Marcia. **De olho na cultura: pontos de vista afro-brasileiros**. UFBA- Centro de Estudos Afro-Orientais. Brasília: Fundação Palmares. 2005.

Tiago Cordeiro, **O sacrifício de animais nas religiões afrobrasileiras**, Disponível em: <https://super.abril.com.br/sociedade/os-sacrificios-de-animais-nas-religoes-frobrasileiras/>. Acesso em: 18/08/2018.

VATIN, Xavier. **Rites et musiques de possession à Bahia**. Paris: L’Harmattan, 2005. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/candomble-ketu/>. Acesso em: 18/08/2018.

Recebido em novembro de 2018.

Aceito em dezembro de 2018.